

## REFORMA

### Regras para demitir servidores vão a debate

Com a reabertura dos trabalhos legislativos, os senadores começarão a debater os três projetos de lei que regulamentam a reforma administrativa. Já aprovados pela Câmara dos Deputados, eles definem como será feita a demissão dos servidores públicos quando os gastos com pessoal ultrapassarem 60% da receita, nos estados e municípios, ou 50%, no caso do governo federal, e fixam os critérios para a dispensa por desempenho insuficiente.

PÁGINA 3

## BANCO CENTRAL

### Senadores discutem nomeação de Fraga

A indicação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central (BC) está entre os principais temas que os senadores examinarão no início da nova sessão legislativa. Preocupados com os vínculos entre Fraga e o megainvestidor George Soros, os senadores Eduardo Suplicy e Marina Silva querem sabotar o economista o mais rápido possível. O senador Hugo Napoleão diz que o importante agora é organizar a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PÁGINA 4



As mudanças no sistema político e tributário estão entre os principais temas sobre os quais os congressistas irão deliberar na nova legislatura

## Congresso abre hoje à tarde nova sessão legislativa

Com a abertura oficial dos trabalhos, marcada para as 16 horas, também terá início a formação das comissões permanentes, feita por indicação dos líderes partidários

### Francelino apela por reforma política

O senador Francelino Pereira (*foto*) fez um apelo aos pequenos partidos para que "reflitam profundamente" sobre a reforma político-partidária.

As propostas de mudança em discussão incluem a cláusula de desempenho partidário, contra a qual as agremiações de menor peso eleitoral resistem.

PÁGINA 2



O Congresso Nacional retoma as suas atividades hoje, em sessão solene que será realizada às 16 horas no plenário da Câmara dos Deputados. A cerimônia inclui a chegada do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, à rampa do Congresso, uma reverência à bandeira, a revista à tropa do Batalhão da Guarda Presidencial e a leitura da mensagem presidencial, trazida pelo ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho.

A partir de hoje, os líderes partidários indicarão às Mesas do Senado e da Câmara os nomes dos novos integrantes das comissões permanentes de ambas as Casas.

Amanhã, os senadores devem votar o projeto de decreto legislativo que aprova a programação monetária proposta pelo Executivo para o primeiro trimestre deste ano.

As reformas tributária e política devem ser os principais temas desta legislatura.

PÁGINA 3

## “Imposto verde” estimulará carro a álcool, prevê Jonas

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defende que os recursos arrecadados com o “imposto verde” sejam usados na construção de novas rodovias e na recuperação das existentes. Para ele, o novo imposto incentivará também a produção de carros a álcool, já que, segundo o senador, na proposta enviada pelo governo ao Congresso, o imposto verde seria cobrado apenas sobre a gasolina por provocar danos ao meio ambiente:

– O imposto verde vem com essa cons-

ciência de que se deve aumentar o preço da gasolina e estimular a produção de carro a álcool, que é um produto nosso, ecológico, que gera emprego, renda e desenvolve o país – afirmou Jonas.

Para o senador, o óleo diesel não pode ser taxado, pois a maior parte da produção agropecuária brasileira é transportada por caminhões que são movidos a diesel. Ele teme o aumento dos preços dos alimentos, caso esse combustível seja incluído no imposto verde.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h30 - Especial Unip - Assunto: Cirurgia da obesidade - 1ª parte  
8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Aerobábia  
8h30 - Especial - Show com Flora Purin, Airton Moreira e Djavan  
9h - Cores do Brasil - Em destaque, Folclore Goiano  
9h30 - Entrevista - O senador Geraldo Melo fala do endividamento público, do acordo com o FMI e das dívidas estaduais  
10h - Cores do Brasil - Paraná  
10h30 - Saúde Todo Dia - Ginástica Olímpica  
11h - Especial Unip - Cirurgia da obesidade - 1ª parte  
11h30 - Espaço Cultural - Espetáculo “Dois de Ouro - Frevo”  
12h30 - Entrevista - Senador Geraldo Melo fala do endividamento público, do acordo com o FMI e das dívidas estaduais  
13h - Cores do Brasil - Bahia

13h30 - Cidadania - O secretário de Educação Média do MEC, Rui Leitor e o padre Ademir Ragazzi falam sobre o “apoio à juventude”  
14h30 - Palestra - O poder da sabedoria, com Carlos Cardoso Aveline  
15h30 - Cerimonial de instalação dos trabalhos da 51ª Legislatura (ao vivo)  
16h - Sessão plenária de instalação da 51ª Legislatura (ao vivo)  
18h30 - Cores do Brasil - Diamantina  
19h - Palestra - A arte de viver em paz - 1ª parte  
20h - Cores do Brasil - Bahia  
20h30 - Entrevista - Senador Geraldo Melo fala do endividamento público, do acordo com o FMI e das dívidas estaduais  
21h - *Jornal do Senado*  
21h15 - Cidadania - O secretário de Educação Média do MEC, Rui Leitor e o padre Ademir Ragazzi falam sobre o “apoio à juventude”  
22h - Sessão plenária de abertura da 51ª Legislatura (reapresentação)

## Francelino pede apoio de pequenos partidos à reforma política

Discussão sobre as mudanças não pode mais ser protelada, alerta o senador

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) dirigiu, em entrevista à Agência Senado, um apelo aos parlamentares dos pequenos partidos para que “reflitam profundamente sobre as propostas da reforma político-partidária e possibilitem a aprovação das matérias de modo consensual”. Para ele, a discussão sobre o assunto “não pode mais ser protelada”. Francelino presidiu comissão especial constituída no ano passado para analisar as propostas de reforma do sistema político-partidário do país.

A dificuldade de discutir a matéria com os pequenos partidos deve-se a um dos itens da proposta, a chamada cláusula de desempenho. De acordo com ela, somente os partidos que venham a obter pelo menos 5% dos votos para a Câmara dos Deputados estarão habilitados a participar da propaganda gratuita nos meios de comunicação e, ainda, a receber recursos públicos para o



Francelino: medidas são benéficas para fortalecer democracia

financiamento de suas campanhas.

Essa nova forma de financiar as campanhas deve ser o item mais polêmico da reforma, acha Francelino, pois estabelece que somente recursos públicos poderão pagar as despesas dos partidos durante as campanhas eleitorais. “A atual crise, aliada à desigualdade social e à má distribuição de renda, cada vez alerta mais para a correta destinação de recursos públicos”, afirmou.

Apesar dessas ponderações, o senador defende a proposta porque, “através dela, estará possibilitada a igualdade de condições entre os partidos e para que a democracia não venha a ser desvirtuada pelo abuso do poder econômico”. O senador disse discordar da implantação do voto facultativo no país. Ele argumentou que o direito ao voto “é uma conquista ainda em andamento, que precisa se firmar mais completamente, e que ajuda a fortalecer a cidadania”.

## Jefferson vê consenso sobre o financiamento público

O financiamento público das campanhas eleitorais é uma proposta da reforma político-partidária que já tem apoio unânime dos senadores, afirmou o senador Jefferson Péres (PDT-AM):

– Todos manifestaram a convicção de que o financiamento público é a forma mais eficaz de se evitar o relacionamento espúrio dos políticos com as empresas. É um ato de moralização e saneamento do processo político no país – afirmou.

Apesar da polêmica sobre a cláusula de desempenho, que estabelece cri-



Jefferson: fórmula eficaz para moralizar processo político

térios para que os partidos tenham acesso ao financiamento público e ao horário gratuito nos meios de comunicação, Jefferson Péres acha que essa proposta também já tem apoio da maioria dos senadores.

– Se os pequenos partidos não preencherem alguns requisitos, como um mínimo de deputados eleitos e um percentual de votos, eles continuarão existindo formalmente, mas não terão direito ao financiamento público, ao fundo partidário nem ao horário gratuito no rádio e na televisão – disse Jefferson, que apóia a proposta.

## Hartung quer saneamento da previdência nos estados

O saneamento da previdência dos estados é um dos pontos mais importantes para o ajuste fiscal, na opinião do senador Paulo Hartung (PSDB-ES). Ele lembrou que os estados e os grandes municípios gastam entre 30% e 37% de suas receitas com o pagamento de inativos e pensionistas, e defendeu “uma solução criativa” para o problema que, por não exigir uma decisão apressada, permite uma ampla discussão, segundo afirmou:

– A construção de um caminho para o financiamento de inativos irá desonerar o poder público de uma despesa importante – afirmou o senador.

Hartung acrescentou que a melhor maneira de tratar o problema, que atinge estados com economias diferentes, é o tratamento igual em questões básicas e diferenciado nas questões regionais:

– Algumas questões podem ter um tratamento nacional, mas a grande maioria delas terá que ser tratada estado por estado, pois a realidade de cada um é muito diferente – observou o senador capixaba.

## Tião Viana denuncia ação de traficantes nas fronteiras

Alarmado com a invasão do oeste da Amazônia por traficantes peruanos e colombianos, o senador Tião Viana (PT-AC) pediu ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, maior atenção às fronteiras brasileiras. O senador informou que os seringueiros e outros moradores da região estão sendo obrigados até mesmo a transportar pasta de cocaína no meio da selva.

Tião Viana quer uma maior atuação dos órgãos federais na região. Segundo o parlamentar, falta ao governo federal uma atuação mais rigorosa para combater o tráfico na região, já que o Brasil hoje é uma das rotas preferenciais dos traficantes sul-americanos, ansiosos pelo escoamento de sua produção para o hemisfério Norte.



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Entre as propostas em debate no plenário do Senado, neste reinício de trabalhos, estão as reformas política e tributária

## Congresso retoma trabalhos legislativos e forma comissões

Senado e Câmara compõem, por indicação dos líderes, órgãos encarregados da discussão das propostas em tramitação nas duas Casas

Tem início hoje, às 16 horas, em sessão solene no plenário da Câmara, a Primeira Sessão Legislativa da nova legislatura (51ª) do Congresso Nacional. De acordo com a Constituição, os trabalhos legislativos vão até 15 de dezembro, sendo interrompidos entre 01 e 31 de julho. No entanto, os parlamentares não poderão entrar em recesso enquanto não for aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com a abertura oficial dos trabalhos do Congresso, começam a ser forma-

das, a partir da indicação das lideranças partidárias, as comissões permanentes da Câmara e do Senado e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a única que tem sua existência estabelecida por preceito constitucional.

### NORMALIDADE

Na nova sessão legislativa, como em todas as 50 sessões ordinárias anteriores, os parlamentares poderão deliberar sobre quaisquer matérias em tramitação, diferentemente do que ocor-

re nas sessões extraordinárias. Em janeiro, durante a convocação extraordinária, deputados e senadores trabalharam em cima de uma pauta prévia que incluía a votação de matérias do ajuste fiscal.

A partir de amanhã, os senadores voltam à rotina normal de trabalho, com a discussão e votação de matérias em plenário e nas comissões. Entre os principais pontos deste início de legislatura deverão estar as discussões das reformas político-partidária e tributária.

## Senado discutirá agência de inteligência

O projeto que cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), de iniciativa do Executivo, começará a ser discutido no reinício dos trabalhos legislativos em duas comissões do Senado, depois de ter sido aprovado pelos deputados. Antes do debate em plenário, a proposta será examinada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Segurança Nacional (CRE).

A Abin fará parte do Sistema Brasileiro de Inteligência e receberá toda estrutura, inclusive pessoal, da parte de inteligência do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), neste momento sob administração do Gabinete Militar da Presidência da República. Conforme o projeto, o nome do diretor-geral da nova agência terá que ser aprovado pelo Senado.

A agência será órgão de assessoramento direto do presidente da Re-

pública, encarregada de planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência no país, sempre com a finalidade de preservar a soberania nacional. Caberá à Abin municiar o governo com informações estratégicas, assegurando ao presidente da República conhecimento antecipado de fatos e fatores relacionados com o desenvolvimento e a segurança do Estado.



Nabor Júnior: reforma tributária vai gerar polêmica porque mexerá nos interesses dos estados e municípios

## Nabor prevê debates em torno de reformas

As principais discussões da Casa neste início de legislatura serão travadas em torno das reformas político-partidária e tributária, na avaliação do senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Para ele, as propostas irão gerar "debates acirrados" no Senado.

Referindo-se à reforma política, Nabor disse acreditar que os itens mais polêmicos e que, portanto, demandarão mais análise por parte dos parlamentares serão os que se referem ao financiamento público das campanhas, ao voto

facultativo, à fidelidade partidária e à chamada cláusula de barreira, que estabelece exigências para o acesso dos pequenos partidos ao horário eleitoral no rádio e na televisão.

A reforma tributária, que já está sendo examinada pela Câmara dos Deputados, também estará no centro das atenções da Casa porque, na opinião do senador, trata-se de uma necessidade para o país, que vai gerar muita controvérsia por mexer com interesses da União, dos estados e municípios.

## Regulamentação da reforma administrativa está na pauta

Os senadores começam a apreciar, com a reabertura dos trabalhos legislativos, três projetos que regulamentam a reforma administrativa, aprovada pelo Congresso no ano passado. As propostas já foram aprovadas pelos deputados e detalham como será feita a demissão de servidores públicos quando o gasto do estado ou do município com pessoal ultrapassar 60% de suas receitas líquidas. No caso do governo federal, o limite é 50%.

O primeiro projeto que trata do assunto estabelece que poderão ser demitidos os servidores que apresentarem desempenho insuficiente por dois anos seguidos ou por três vezes nos últimos cinco anos. Na avaliação, a ser feita pelo chefe imediato e por dois outros servidores, serão considerados vários critérios, entre eles qualidade do trabalho, assiduidade e pontualidade.

A chefia do serviço deve informar detalhadamente, com antecedência, os critérios que empregará na avaliação de desempenho e o servidor terá acesso ao processo e direito de defesa. Receberá o conceito de desempenho insuficiente aquele que não conseguir nota mínima de 40% da pontuação máxima admitida na avaliação.

Outro projeto institui normas para estados, municípios e a União demitirem por excesso de despesa. Os estados e municípios que gastam com pessoal mais de 60% de suas receitas terão dois anos para adaptação, podendo demitir funcionários para se enquadrar no limite. Antes de qualquer demissão, os governos são obrigados a cortar 20% dos

gastos com chefias. Se isso não for suficiente, serão demitidos servidores não-estáveis, ou seja, aqueles contratados sem concurso público depois de 5 de outubro de 1983. Como último recurso, poderão ser demitidos funcionários estáveis.

Este projeto autoriza ainda os governos estaduais e as prefeituras a adotarem a redução da jornada de trabalho, com corte proporcional de salário, dentro da política de redução de gastos com pessoal. O Ministério da Fazenda acompanhará os gastos e, em caso de descumprimento das exigências, serão suspensos os repasses de verbas federais ou estaduais. Ainda como punição, o projeto proíbe a União de conceder qualquer garantia ao estado ou município em operações de crédito.

Governo de estado ou prefeitura que estiver gastando em excesso com pessoal fica proibido de contratar novos servidores ou de conceder qualquer aumento de salário enquanto não se ajustar, conforme o projeto. Só serão permitidas novas admissões para substituição em casos de aposentadoria ou morte.

Um terceiro projeto a ser analisado pelos senadores fixa os critérios para que sejam demitidos servidores estáveis depois de adotadas todas as outras medidas e elas se mostrarem insuficientes. O governo deve justificar por que está pretendendo cortar funcionários de determinado serviço e será obrigado a garantir indenização de um salário para cada ano trabalhado.

### Um dos três projetos regulamenta a demissão de servidores com desempenho insuficiente



Alvaro Dias afirma que reforma permitirá que o setor produtivo se prepare para a competição

## Dias quer corrigir injustiça na cobrança de impostos

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a necessidade de uma reforma tributária ser votada rapidamente. Em sua avaliação, a reforma é necessária para corrigir injustiças, pois enquanto muitos pagam impostos demais, outros, "justamente os mais ricos", nada pagam. O senador considera a reforma importante também para que o setor produtivo se prepare melhor para a forte competição do mundo moderno.

Para o senador, a reforma tributária

já está atrasada.

— Eu estava no Paraná, como cidadão comum, sem mandato, ouvindo esse debate há quatro anos. Já foram quatro anos e nós não chegamos a nenhuma conclusão. É claro que a nação espera agilidade, eficiência e rapidez do Congresso Nacional, porque, enfim, já se discutiu bastante, e agora é hora de concluir, de votar e aprovar uma reforma tributária que seja compatível com a realidade da nossa economia — afirmou.

# CAE só deve votar indicação de Fraga em março, prevê Napoleão

Senador diz que aspectos regimentais dificultam decisão nesta semana, mas acredita que a administração do Banco Central não será prejudicada

Apesar de considerar o tema urgente, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) não acredita que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vote na próxima semana a indicação do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central. Conforme o senador, há aspectos regimentais que impedem a análise da matéria em prazo menor, fazendo com que só seja apreciada em março.

– Primeiro, é preciso organizar as comissões, sobretudo a de Assuntos Econômicos, o que passa pela indicação dos membros pelos líderes. Além disso, temos que eleger os presidentes das comissões – justificou o senador.

A saída, segundo o líder do PFL, seria



Napoleão observa que para antecipar votação seria necessário um entendimento

compor a CAE com os senadores remanescentes da legislatura passada, sob a pre-

sidência do mais idoso. Essa solução, acredita ele, “só seria possível por entendimento entre as lideranças”. O senador acha, entretanto, que a administração do Banco Central não ficará prejudicada caso Armínio Fraga demore mais alguns dias para tomar posse na presidência.

As declarações do economista norte-americano Paul Krugman de que Armínio Fraga teria favorecido o investidor George Soros na compra de títulos da dívida brasileira, a partir de informações privilegiadas, não terão, na opinião do senador, maior influência na votação. “Krugman já fez reparos nas suas declarações e acho que, uma vez esclarecida a comissão, o assunto se esgota”, afirmou Napoleão.

# Mozarildo espera que estados mais carentes tenham cortes menores

Os cortes nos repasses de recursos para investimentos na área social, anunciados pelo governo federal como mais uma adequação necessária ao ajuste fiscal, não podem ser feitos no mesmo percentual para todos os estados. A opinião é do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), para quem “não se deve tratar igualmente os desiguais”.

Na avaliação do parlamentar, o corte igual para todos prejudicaria especialmente as unidades mais fracas da Federação. Ele lembrou que não se pode comparar a arrecadação de seu estado com a de São Paulo ou a do Rio de Janeiro, por exemplo. Como têm arrecadações bem maiores, esses estados naturalmente poderiam suportar melhor os cortes nos repasses.

Mozarildo criticou a posição do governo federal, que, para ele, se coloca “acima do bem e do mal”. De acordo com o senador, os prefeitos e os governadores são acusados de incompetência administrativa, mas a verdadeira causa do problema é o modelo centralizador de arrecadação e divisão dos impostos no Brasil.

– Esse modelo coloca os prefeitos e governadores permanentemente de pires na mão, e aqueles que têm o pires maior, ou costados políticos maiores, obtêm os maiores recursos. Com uma auditoria nos repasses do governo federal para os estados, nós veríamos claramente essa desigualdade de tratamento, que é violentíssima – comentou.

O senador manifestou preocupação com eventuais mudanças político-eleitorais que aumentem ainda mais o peso político dos estados mais fortes. Ele criticou o ci-



Mozarildo Cavalcanti alerta que “não se deve tratar igualmente os desiguais”

entista político Hélio Jaguaribe, que, em entrevista, defendendo a reformulação do modelo político, lembrou a estatística que dá ao eleitor de Roraima a equivalência a 16 eleitores paulistas.

– Gostaríamos de convidar paulistas como o senhor Hélio Jaguaribe a multiplicar seu voto por 16, indo morar em Roraima. Que ele venha colaborar com o nosso desenvolvimento, dar um pouco de seu saber, de seu vigor, de seu trabalho para ajudar nossos irmãos que estão lá, pagando mais caro pelo custo de vida, pelo aluguel, submetidos a doenças endêmicas como a malária, a leishmaniose, a oncocercose. E, acima de tudo, sofrendo o isolamento enorme a que o país nos submeteu ao longo desse tempo: até o ano passado, Roraima estava ligado à Venezuela por uma rodovia, mas não estava ligada ao Brasil – concluiu.

# Marina quer sabatina o mais rápido possível

Ao defender a realização da sabatina do economista Armínio Fraga Neto, indicado para presidir o Banco Central, o mais rapidamente possível, a senadora Marina Silva (PT-AC) apoiou proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que o megainvestidor George Soros divulgue as operações que fez no período anterior à designação de seu ex-funcionário para o cargo. Ela lembrou que,



Marina adianta que a oposição fará muitas indagações a Fraga

logo após a indicação, o Bloco Oposição colocou-se à disposição do Senado para fazer a arguição imediatamente.

– Na oportunidade o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, entendeu que a sabatina poderia ser feita após o carnaval. Ele justificou que, dessa forma, não seria necessário um esforço para a Comissão de Assuntos Econômicos, que ainda não tinha seus membros

conhecidos – disse Marina Silva.

A senadora adiantou que a oposição tem uma série de indagações a fazer a Fraga durante a sabatina. Explicou que as questões serão baseadas no fracasso da política econômica, que dá demonstrações de que redundará em uma grave crise.

Apesar de não querer emitir opinião sobre as declarações de vazamento de informação e o posterior pedido de desculpas feito pelo economista norte-americano Paul Krugman, Marina comentou que, no mínimo, dúvidas vão pairar se houve ou não repasse de dados privilegiados.

# Suplicy alerta para responsabilidade do Senado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o Senado estará diante de uma grande responsabilidade no momento em que sabatar o economista Armínio Fraga, indicado para ocupar a presidência do Banco Central. Ele pretende esclarecer “elementos de natureza ética e técnica”, relacionados com a conduta de Fraga, além de questões relativas à condução da política econômica.

No que se refere à ética, o senador pretende que os parlamentares levem em consideração o fato de que, no passado, Fraga foi diretor do Banco Central, tendo assumido a diretoria-geral do Fundo Soros apenas dois meses depois de ter deixado o cargo público. Com George Soros, informa Suplicy, Fraga trabalhou durante seis anos, até o início de fevereiro, quando foi indicado pelo presidente da

República para o Banco Central.

Os elementos de natureza técnica questionados pelo senador relacionam-se com o fato de que, em sua opinião, “os objetivos de um administrador de fundos de investimento privados são bem diversos dos objetivos de um presidente de banco central, que precisa preservar a moeda nacional e preocupar-se com o desenvolvimento da economia”.

# Sistema Integrado de Saúde consegue reduzir custos

A adoção da tabela do Ciefas (Comitê de Integração das Entidades Fechadas de Assistência à Saúde) pelo Sistema Integrado de Saúde do Senado (SIS) representou uma redução de até 20% em seus custos. Sem perda na qualidade do atendimento, o SIS conseguiu, por exemplo, reduções de cerca de 20% com honorários médicos, 15% nos gastos com laboratórios e 12% nas despesas hospitalares.

O Ciefas congrega 116 instituições prestadoras de assistência médico-hospitalar e odontológica através do sistema de autogestão, e faz a ligação entre elas e os prestadores de serviços. Como reúne mui-

tas instituições, quase sempre consegue reduzir os custos para os associados.

Ao mesmo tempo, o SIS vem promovendo outras ações com o objetivo de tornar sua administração mais eficiente e os custos menores. Um exemplo disso é a intensificação do serviço de perícias médicas, para coibir abusos por parte das empresas prestadoras de serviços.

– Intensificamos a realização de perícias, o que diminui os custos do sistema, através da garantia da veracidade das informações prestadas por empresas e profissionais de saúde – observa o diretor do SIS, Fábio Rezende Scarton.

# Cidadania fala de qualificação de mão-de-obra

Num país com altos níveis de desemprego, como o Brasil, o ensino médio deveria qualificar melhor a mão-de-obra, abrindo, dessa forma, novas perspectivas de trabalho.

Esse é o tema do programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, à 1h, 5h, 13h30 e 21h15. Foram convidados para participar do debate o secretário de Educação Média do MEC, Rui Leite Berger Filho, e o diretor do Centro Salesiano do Menor, padre Ademir Ragazzi.

# Secretaria Geral publica Regimento Interno atualizado

Quando chegarem ao plenário do Senado para participar da primeira sessão do período ordinário dos trabalhos deste ano, os senadores encontrarão sobre suas bancadas a nova edição do Regimento Interno da Casa. O próprio Regimento determina que, ao final de cada legislatura, o texto seja consolidado, incorporando as modificações introduzidas nos quatro anos anteriores – e as mudanças nesse período não foram poucas.

A principal delas é a Resolução de 1995 que alterou a classificação das sessões do Senado e o critério de contagem dos prazos regimentais. Foi a partir daí que a Casa passou a ter sessões deliberativas e não-deliberativas com efeito prático para a contagem da presença dos senadores em plenário. Desde então, todos os prazos para tramitação de propostas passaram a ser contados em dias úteis.

– A publicação tem por finalidade proporcionar aos senadores e aos servidores da Casa amplo acesso às informações, facilidade de consulta e agilidade de manuseio. Dessa forma,

a publicação compatibiliza-se com a orientação da Mesa do Senado Federal de dar transparência aos trabalhos legislativos, democratizando as informações – disse o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, que está no cargo desde 1995.

## DOIS VOLUMES

Quem manusear a nova edição do Regimento Interno vai notar rapidamente as mudanças. É que, pela primeira vez, o livro aparece em dois volumes. O primeiro contém o texto do Regimento propriamente dito e um índice remissivo; o segundo traz as normas relacionadas ao Regimento que disciplinam matérias de processo legislativo referentes às atribuições e competências do Senado Federal.

Além disso, o texto já está atualizado, observando as regras da lei complementar do ano passado que define as normas para elaboração, redação e consolidação das leis. Para facilitar ainda mais a consulta, ao final de cada dispositivo regimental relacionado à Constituição, há a remissão para a norma constitucional correspondente.